



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 19/2012 -----

-----Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **17 de setembro 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.781.074,54 € (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, setenta e quatro centimos)**, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

ASSUNTOS

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

-----**1.1.1 - VOTO DE PESAR**-----

-----Antes de iniciar o período “antes da ordem do dia” o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da jovem Bombeira da corporação de Coja, Patrícia Abreu, vítima no combate ao incêndio em Barril de Alva. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido voto de pesar e do mesmo dar conhecimento aos Bombeiros Voluntários de Coja e à respetiva família.** -----

-----O Presidente da Câmara deu ainda conhecimento à Câmara Municipal que conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Seia, solicitou à Srª Ministra da Agricultura e do Ambiente o agendamento de uma reunião para avaliação dos impactos dos incêndios ocorridos nos dois concelhos, tendo em vista o acesso à concessão de apoios financeiros destinados à realização de ações de reflorestação, à semelhança do que aconteceu na região do Algarve. -----

-----**1.1.2 – INFORMAÇÕES DIVERSAS**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal que conjuntamente com o Sr. Vice-Presidente da Câmara participou numa reunião na CCDRC para tratar de assuntos relacionados com a atribuição de verbas aos municípios, no âmbito do PROVERE, tendo prestado os necessários esclarecimentos sobre o assunto.-----

-----Pelos senhores vereadores foram também tecidas algumas considerações, ao que o vereador Mário Alves disse entender que o Município de Oliveira do Hospital necessita de desenvolver um programa estrutural e agressivo para fazer com que as pessoas que estejam interessadas possam regressar à exploração agrícola. Salientou que a Câmara Municipal deveria apostar fortemente nesse sentido, por considerar que, atualmente, é muito difícil aumentar a empregabilidade. Prosseguiu referindo que “a política é a ciência ou a arte de governar, mas para além de governar é preciso ser capaz de antecipar, de prever e de planificar, para que não aconteça aquilo que está a acontecer hoje no país”. Justificou a sua intervenção referindo que “já por diversas vezes que aqui abordei o assunto dos tarifários, mas quanto mais tarde a Câmara Municipal fizer esse ajustamento, mais dificuldades terá no futuro, ou seja, estamos, hoje, a “cavar” a sepultura do amanhã. Sabemos que a situação é difícil mas julgo que a autarquia, sob pena de amanhã não poder fazer nada, está a adiar problemas que são inadiáveis e que precisam de ser resolvidos”. Considera que a Câmara Municipal precisa de renovar e apostar num conjunto de situações, citando como exemplo, a revisão da política de atribuição de subsídios, terminar com a realização no concelho dos eventos “Volta a Portugal em Bicicleta” e “Rali Cidade de Oliveira do Hospital”, sublinhando que “são dois eventos que levam dinheiro e não deixam praticamente nada”. Questionou assim “quais foram os resultados práticos e objetivos que se reproduziram na economia do concelho”, sublinhando que, na sua opinião, isto é que importa analisar. Continuou dizendo que “não nos serve de nada estar a insistir nas velhas políticas do evento, que se projeta no exterior, mas que depois não nos traz nada de volta”. Por esta razão, entende que “devemos enveredar por outro tipo de políticas, que são as políticas ativas de incentivo e de conversão em termos de empregabilidade”. Referiu ainda que “não servirá de nada ao Sr. Presidente da Câmara e ao Presidente da Câmara Municipal de Seia ir falar com a Sr^a Ministra da Agricultura se for para continuar a plantar eucaliptos e pinheiros”. Disse entender que, ou se consegue modificar o sistema, dando incentivos, ou então não adiantará de nada”. Referiu que “novos problemas, novas políticas. Não podemos apostar nas mesmas receitas porque elas estão gastas”.-----

-----No que se refere ao ajustamento dos tarifários o Presidente da Câmara esclareceu que, para que o município mantenha uma situação financeira estável, foi preciso realizar um conjunto de reuniões que permitiram efetuar uma análise mais cuidada à atividade autárquica e encontrar um equilíbrio financeiro. Disse que “estamos perante uma situação insustentável para o município. Não mexendo nos tarifários, o município também está a prescindir de um conjunto de obras que poderia realizar se os tarifários fossem atualizados”. Deu conta que no seguimento de uma reunião realizada com a Sr^a Ministra da Agricultura e os responsáveis das autarquias, vai hoje participar numa reunião da empresa Águas de Portugal, em Pinhel, visando a apresentação de uma proposta, por parte desta, ao Município de Oliveira do Hospital, para concessão do sistema em baixa, que terá que ser avaliado com ponderação.-----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes referindo tratar-se de uma questão que, na sua opinião, deve ser bem estudada. Disse considerar que, neste momento, fazer um ajuste dos tarifários do município é muito complexo. No que se refere à concessão do sistema em baixa à empresa Águas de Portugal, disse entender que “é uma decisão que deve ser muito bem ponderada”, frisando que “pode até vir aumentar o tarifário mas o município tem forma de poder compensar esse aumento, nomeadamente através do IMI, porque a grande parte dos habitantes do concelho são



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

proprietários das suas casas”. Referiu que, na sua opinião, “este momento é duro e poderá tornar-se ainda mais duro com esta medida”.-----

-----O vereador Mário Alves lembrou que são muitas as pessoas do concelho que estão isentas do pagamento das taxas de IMI, entendendo assim que “isso não seria uma política de equidade”. --

-----O Presidente da Câmara reconheceu que, embora não seja visível no exterior, o município faz efetivamente um grande esforço financeiro para liquidar a faturação da água. Admitiu igualmente ser necessário rever a política de atribuição de subsídios e cedência de transportes aos clubes do concelho. -----

-----O vereador José Carlos Mendes defendeu como solução a criação de um projeto desportivo local, à semelhança do projeto educativo local, referindo que seria uma forma de acabar com a duplicação de entidades.-----

-----Pelos senhores vereadores foram tecidas breves considerações relativamente a esta matéria, tendo o vereador Mário Alves reiterado a sua defesa pela redução dos subsídios a atribuir às associações e coletividades do concelho, de forma substancial. -----

-----O vereador José Carlos Mendes referiu que “o grande problema é que muitos dos portugueses, incluindo oliveirenses, vivem com a ideia de que o país tem recursos para tudo”.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2 - ORDEM DO DIA -----

2.1 - LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DESPORTIVA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS: -----

2.1.1 - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NOGUEIRENSE -----

D.A.G.F./Proc.69/4/DOC.2

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão do Presidente da Câmara de isentar a Associação Desportiva Nogueirense do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento da prova de perícia automóvel, que teve lugar no passado dia 16 de setembro, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. --- -----

2.2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) INSTITUIÇÕES: -----

A-1) ANCOSE - APOIO A CONCURSO OVINOS -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela**, um subsídio no montante de **1.000,00 € (mil euros)** que se destina a apoiar a realização do “27º Concurso Nacional de Ovinos Serra da Estrela” e do “61º Concurso Regional de Ovinos Serra da Estrela”, que teve lugar nos dias 14 e 15 de setembro.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

B) AUTARQUIAS: -----

-----B-1) FREGUESIA DE LOUROSA – ADIANTAMENTO-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, autorize a antecipação do pagamento à **Freguesia de Lourosa** do montante de **6.000,00 € (seis mil euros)**, correspondente a uma parte da última tranche da verba imputável ao “Protocolo de Execução – Apoio às Freguesias Ano de 2012”, para que possa ser possível dar continuidade aos trabalhos/compromissos assumidos por aquela autarquia no corrente ano.-----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho, Paulo Rocha e do Presidente e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta, tendo o vereador Mário Alves declarado abster-se na aprovação da mesma por discordar do adiantamento da verba uma vez que é do conhecimento dos senhores presidentes de junta que os protocolos estipulam quais as datas em que as verbas são pagas às respetivas juntas de freguesia. -----

-----B-2) FREGUESIA DE VILA FRANCA DA BEIRA – ADIANTAMENTO-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, autorize a antecipação do pagamento à **Freguesia de Vila Franca da Beira** do montante de **7.050,00 € (sete mil e cinquenta euros)** correspondente à última tranche da verba imputável ao “Protocolo de Execução – Apoio às Freguesias Ano de 2012”, para que possa ser possível dar continuidade aos trabalhos/compromissos assumidos por aquela autarquia no corrente ano. -----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho, Paulo Rocha e do Presidente e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta, tendo o vereador Mário Alves declarado abster-se na aprovação da mesma por discordar do adiantamento da verba uma vez que é do conhecimento dos senhores presidentes de junta que os protocolos estipulam quais as datas em que as verbas são pagas às respetivas juntas de freguesia. -----

-----O vereador Paulo Rocha declarou votar favoravelmente as propostas ora apresentadas por considerar tratar-se de uma prática admitida ao longo deste ano, mas com a convicção de que não pode nem deve continuar a acontecer uma vez que os protocolos estipulam quais as datas em que as verbas são pagas às respetivas juntas de freguesia, posição que foi corroborada por todos os membros presentes. -----

2.3 - OBRAS PARTICULARES: -----

-----2.3.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS-----

D.P.G.T./DOC.3

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

entre 31 de agosto e 13 de setembro de 2012, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

2.3.2 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS: -----

-----2.3.2.1 - NÚCLEO DE MELHORAMENTOS DE CULTURA E RECREIO DE CAMPO-----

D.S.T./Proc.22/1

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento de obras de edificação correspondente ao Processo – 17/2012/165, no montante de **771,84 € (setecentos e setenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos)**.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com o disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, isentar o Núcleo de Melhoramentos de Cultura e Recreio de Campo do pagamento das referidas taxas.-----

2.4 - OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----2.4.1 - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA AV. DR. CARLOS CAMPOS E DA ENVOLVENTE À ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM EM OLIVEIRA DO HOSPITAL" - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS-----

D.P.G.T.

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara concordou em analisar e discutir este assunto no final da presente ordem do dia. -----

2.5 - ADEPTOLIVA - AUMENTO DA QUOTA MENSAL-----

D.A.G.F.

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício nº 347/12, datado de 31 de agosto, remetido pela entidade acima mencionada, tendo a Câmara Municipal, sob proposta daquele responsável, deliberado, por unanimidade, aumentar a sua quota mensal a transferir para a ADEPTOLIVA, de 1.000,00 € (mil euros) para 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros), com efeitos a partir de janeiro de 2013.-----

2.6 - FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - (OLIVEIRA FINICIA - INVISTA +) - DENÚNCIA DO PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.4

-----Tendo presente a informação dos serviços, datada de 30 de agosto de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e considerando que apesar da iniciativa ser objeto de divulgação periódica, desde a sua criação até agora nenhum projeto foi apoiado pelo Oliveira Finicia – Invista +, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a denúncia do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado entre o Município de Oliveira do Hospital, a CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A., a GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., a ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra e o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, que estabelecia os termos de colaboração para a constituição e o funcionamento do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Empresas no Município de Oliveira do Hospital (Oliveira Finicia - Invista +), nos termos do disposto no nº 2 da Cláusula 2ª do referido protocolo. -----

-----Mais foi deliberado dar início a todos os procedimentos necessários conducentes à denúncia do referido protocolo, incluindo o encerramento da conta bancária que foi aberta pelo Município de Oliveira do Hospital no banco parceiro (Conta 0567037598930). -----

2.7 - PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL - PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO PARA A CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO, DA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO-----

D.A.G.F./DOC.5

-----O Presidente da Câmara apresentou à Câmara Municipal a seguinte proposta, que se transcreve na íntegra:-----

-----“Considerando que: -----

-----1- A lista de ordenação final do procedimento em epígrafe, por mim homologada, contém um número de candidatos aprovado superior ao dos postos de trabalho a ocupar, constituindo-se assim, nos termos do nº. 1 do artº. 40º. da Portaria nº. 83-A/2009, de 22 de janeiro, numa reserva de recrutamento interna;-----

-----2 - Rosa Adriana Mendes de Jesus, cujo contrato por tempo determinado com o município terminou no dia 1 de setembro de 2012, ocupa o terceiro lugar naquela lista tendo sido já contratados a primeira e a segunda classificadas; -----

-----3 - Há cabimento orçamental, vaga no mapa de pessoal do município, foram cumpridos os deveres de informação e a medida de redução mínima legalmente fixados conforme informação prestada pelo serviços; -----

-----4 - O presente recrutamento é de manifesto interesse público, sendo indispensável para assegurar o funcionamento da Unidade de Desenvolvimento Económico e Social do município que urge dotar de recursos humanos adequados e bem assim conferir estabilidade ao posto de trabalho a ocupar uma vez que nos encontramos na presença de atividades de natureza permanente e que têm sido asseguradas por uma trabalhadora com contrato por tempo determinado; -----

-----5 - Em virtude do disposto no artigo 93º. conjugado com o artigo 96º. do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a cessação dos contratos de trabalho a termo e a sua não substituição por contrato por tempo indeterminado “impede nova admissão a termo para o mesmo posto de trabalho antes de decorrido um período de tempo equivalente a um terço da duração do contrato”, normativos cuja aplicação implicaria o encerramento de diversos serviços do município e a impossibilidade de garantir serviços mínimos estritamente necessários para o dia a dia das populações;-----

-----6 - Considerando finalmente que a entidade empregadora não pode propor uma posição remuneratória superior à primeira de acordo com a alínea d) do nº 1 do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011), mantido em vigor pelo n.º 1 do art.º 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012).----

-----Propõe-se assim, nos termos da informação mencionada no ponto três, anexa, que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal autorização para: -----

-----1- A CONTRATAÇÃO, para prestar TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, no mapa de pessoal do município de Oliveira do Hospital, da seguinte candidata pela ordem referida naquela lista:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

NOME

CATEGORIA

Rosa Adriana Mendes de Jesus

Assistente técnica (assistente administrativa)

a) **POSIÇÃO**
1

NÍVEL
5

a) Da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, no valor atual de € 683,13.

2- Que o (s) contrato (s) em causa tenha início em 1 de outubro de 2012 e dure por tempo indeterminado.

-----**3- De harmonia com o disposto no art.º 73.º do RCTFP aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 1 de setembro que o júri responsável pelo acompanhamento e avaliação do período experimental seja o mesmo por mim designado como júri do procedimento concursal.**-----

-----**Depois de analisada, a Câmara Municipal tendo por base a informação do Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, datada de 3 de setembro de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, deliberou, por unanimidade, submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

2.8 - ACIBEIRA - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE-----
D.A.G.F./DOC.6

-----Tendo presente a proposta de aquisição do direito de superfície da antiga ACIBEIRA, sita em Lagares da Beira, à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e prestados os necessários esclarecimentos pelo Presidente da Câmara, interveio o vereador Mário Alves referindo que “houve efetivamente uma desvalorização patrimonial substancial daquele equipamento pelo que tudo quanto a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo possa fazer da venda é lucro porque é uma forma de acabar com um crédito mal parado”.-----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que, nesta perspetiva, considera que 150.000,00 € é uma boa proposta. Salientou no entanto que “mais importante que a aquisição do direito de superfície é saber o que é que se vai fazer daquele espaço, ou seja, que rentabilidade é que o município pode e deve tirar daquele espaço”, frisando que “isso é que é importante”. Considera que “concomitantemente com a aquisição, o executivo em permanência, deve pensar que tipo de utilização é que efetivamente vai dar ao espaço, tanto mais que o município terá de dispendir uma verba substancial para proceder à sua requalificação e, neste momento, não há condições financeiras para o fazer”. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara mais referiu que “o senhor resolve agora um problema, mas arranja dois para o futuro”. Declarou ainda que “mais importante do que adquirir é saber o que lá se vai fazer e julgo que não poderá haver precipitações da nossa parte relativamente a esta matéria. Eu gostaria de votar favoravelmente uma proposta, sabendo de ante mão que temos uma solução para aquele problema. E não me parece que a solução passe pela instalação da BLC3 naquele espaço”.-----

-----O Presidente da Câmara disse entender que o espaço em causa seria o local ideal para depois



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de requalificado instalar a BLC3.-----

-----O vereador Mário Alves sugeriu ao Presidente da Câmara que agende uma reunião de Câmara visando essencialmente a discussão do futuro das instalações da antiga ACIBEIRA, de acordo com as disponibilidades da autarquia, ao que o Presidente da Câmara se mostrou disponível para acolher a referida sugestão.-----

-----Depois de analisada, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de aquisição do direito de superfície da antiga ACIBEIRA, sita em Lagares da Beira, à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, que se dá como anexa à ata da respetiva reunião, a materializar nos seguintes termos:-----

----- *Montante da proposta de aquisição do direito de superfície sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital sob o número 00579/200291, a que correspondem os prédios inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 964, 965, 966, 967, 968 e 969, todos da freguesia de Lagares da Beira: 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros);* -----

-----*Forma de pagamento:* -----

-----50.000,00 € (cinquenta mil euros), na data de celebração do Contrato Promessa de Compra e Venda do direito de superfície que deve ocorrer no prazo máximo de uma semana após a aprovação em reunião de executivo, devendo a celebração da escritura pública ter lugar 30 dias após a assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda;-----

-----50.000,00 € (cinquenta mil euros), em duas tranches de 25.000,00 €, a pagar em maio e outubro do ano de 2013;-----

-----50.000,00 € (cinquenta mil euros), em duas tranches de 25.000,00 €, a pagar em maio e outubro do ano de 2014;-----

-----A Câmara Municipal não irá suportar quaisquer encargos adicionais decorrentes do pagamento fracionado/desfasado no tempo, designadamente juros e comissões.-----

-----Esta autarquia impõe como condição prévia para a celebração da referida aquisição um retorno das instalações sem nenhum tipo de ónus ou encargos de qualquer natureza.-----

-----Considerando que a aquisição em causa implica uma despesa que determinará uma repartição de encargos desde o corrente ano até 2014, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, à Assembleia Municipal, a necessária autorização deste compromisso plurianual.

2.9 - PROPOSTA DOS CIDADÃOS E ENTIDADES A HOMENAGEAR EM 7 DE OUTUBRO-----

D.A.G.F./DOC.s 7, 8 e 9

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, no próximo dia 7 de outubro, Feriado Municipal, o Município de Oliveira do Hospital atribua as Medalhas de Ouro e de Mérito Municipal, às seguintes entidades/individualidades:-----

➤ **MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL**

- Associação Progressiva de Santo António do Alva
- Prof. Dr. Vítor Frade
- Sr. Joaquim Guerra Domingues

-----Seguidamente fez uma pequena leitura dos Currícula Vitae, documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata, relativos a cada uma das entidades/personalidades acima referidas.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Colocado o assunto à votação, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal e por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 6 (seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção atribuir a Medalha de Ouro ao Prof. Dr. Vítor Frade. -----

-----Deliberou igualmente, por maioria, com 6 (seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contra atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Sr. Joaquim Guerra Domingues. -----

-----A Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou ainda, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Mário Alves atribuir a Medalha de Mérito Municipal à Associação Progressiva de Santo António do Alva. -

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, acompanhada dos respetivos Curricula Vitae, nos termos do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital.-----

2.10 - ATRIBUIÇÃO E USO DE TELEMÓVEIS POR ELEITOS, MEMBROS DOS GABINETES DE APOIO AOS ELEITOS E FUNCIONÁRIOS-----

D.A.G.F./DOC.10

-----Tendo presente a informação do vereador Paulo Rocha, datada de 21 de julho de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e prestados os necessários esclarecimentos sobre o assunto, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a lista nominativa de colaboradores da autarquia com equipamento atribuído e identificação do respetivo número de cartão. -----

-----Considerando que foi celebrado um contrato com a TMN – Telecomunicações Móveis, S.A., englobando os números constantes da referida informação e os cartões existentes na central telefónica do edifício dos Paços do Município e nas centrais de alarme existentes, e que determina a gratuidade das chamadas entre os cartões associados, estabelecendo um *plafond* total mensal de 9.300 minutos de consumo, a que corresponde um consumo individual de 310 minutos/mês, mais foi deliberado, para além destes, definir como tetos máximos de consumo os montantes de 100,00 € para cada utilizador dos cartões 925779917 e 925779918, 925779926 e 961727980, de 75,00 € para cada utilizador dos cartões 925779920, 925779922, 925779925 e de 25,00 € para os utilizadores dos restantes cartões, montantes a partir dos quais a responsabilidade do respetivo custo será imputada ao próprio. -----

2.11 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

2.11.1 - MAPA DE TRANSPORTES-----

D.A.G.F./DOC.11

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 4 17 de setembro de 2012, e que constam do mapa, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do art.º 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir neste ponto da Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- 2.11.2 - EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS EM VILA FRANCA DA BEIRA" - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS-----

D.I.O.M./DOC.12

-----Sob proposta do Presidente a Câmara Municipal nos termos do disposto no artº 36º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e o voto contra do vereador Mário Alves, justificado pelo entendimento do próprio de que existem redes de abastecimento de água que apresentam mais problemas do que o que está subjacente, citando os casos de Aldeia das Dez, Lagares da Beira e os locais do Vale do Ferreiro e Vendas de Gavinhos, na cidade, entre outros, abrir concurso público para a empreitada de "SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS EM VILA FRANCA DA BEIRA", cujo orçamento se eleva a 763.000,00 € (setecentose sessenta e três mil euros). -----

-----Foi igualmente deliberado aprovar os respetivos, programa de concurso, caderno de encargos e projeto de execução e bem assim designar como júri do procedimento em epígrafe os senhores: -----

-----Efetivos: -----

-----Presidente - Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior;-----

-----Dr. João Manuel Nunes Mendes, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças. -----

-----Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior; -----

-----Suplentes: -----

-----Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão do Território; -----

-----Engª Ana Isabel das Neves Nunes, Técnica Superior. -----

----- 2.11.3 - EMPREITADA DE "ABASTECIMENTO DE ÁGUA E PROLONGAMENTO DA REDE DE SANEAMENTO NA AVENIDA PRINCIPAL E QUINTA DO RIO SECO EM TRAVANCA DE LAGOS, E QUINTA DAS TAPADAS EM BOBADELA"-----

D.I.O.M./DOC.13

-----Sob proposta do Presidente a Câmara Municipal nos termos do disposto no artº 36º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, deliberou, por unanimidade, abrir concurso público para a empreitada de "ABASTECIMENTO DE ÁGUA E PROLONGAMENTO DA REDE DE SANEAMENTO NA AVENIDA PRINCIPAL E QUINTA DO RIO SECO EM TRAVANCA DE LAGOS, E QUINTA DAS TAPADAS EM BOBADELA", cujo orçamento se eleva a 392.000,00 € (trezentos e noventa e dois mil euros) sendo que o vereador Mário Alves esclareceu que o seu voto a favor é condicionado à ligação à rede de saneamento das moradias não contempladas pelo projeto cuja execução seja tecnicamente viável, obrigando, eventualmente, a negociação com os proprietários, a realizar em simultâneo com esta empreitada por administração direta, se for essa a modalidade escolhida pelo executivo. No



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

caso do abastecimento de água e saneamento à Quinta das Tapadas, entende que deveria ser aproveitado o momento para substituir a conduta de água desde o cruzamento de Gavinhos de Baixo até ao limite da rede atualmente existente em Vendas de Gavinhos. -----

-----Foi igualmente deliberado aprovar os respetivos, programa de concurso, caderno de encargos e projeto de execução e bem assim designar como júri do procedimento em epígrafe os senhores: -----

-----Efetivos: -----

-----Presidente – Dr. João Manuel Nunes Mendes, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças;-----

-----Eng^a Ana Isabel das Neves Nunes, Técnica Superior. -----

----- Eng^o Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior;-----

-----Suplentes: -----

-----Eng^o Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão do Território; -----

-----Eng^o Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior; -----

3 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES: -----

3.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----

3.1.1 - AÇÃO SOCIAL: -----

-----3.1.1.1 – CANDIDATURAS AO ATIVOSOCIAIS – PROGRAMA DE APOIO E INTEGRAÇÃO SOCIAL - APROVAÇÃO DE PROTOCOLOS-----

D.A.G.F./DOC.14 a 21

-----No âmbito do ATIVOSOCIAIS - Programa de Apoio e Integração Social e tendo presente a informação do Gabinete de Inserção Profissional, nº 51, datada de 17 de setembro de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento, e aprovar, em minuta, os Contratos de Atribuição de Apoios a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e as entidades beneficiárias (IPSS's) abaixo mencionadas, visando a atribuição de apoio às mesmas, em contrapartida da realização do projeto aprovado pelo IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito das medidas de apoio à contratação, documentos que se dão como anexos à ata da respetiva reunião.-----

----- Associação dos Amigos da Lajeosa;-----

----- Associação Progressiva de Santo António do Alva;-----

----- Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Bobadela

----- Obra D. Josefina da Fonseca de Proteção à Criança e Formação Doméstica;-----

----- Obra Eugénia Garcia Monteiro de Brito; -----

----- Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense;-----

3.1.2 – PLANO DE FORMAÇÃO DE APOIO A ATIVOS LIGADO À ATIVIDADE COMERCIAL -----

D.A.G.F.

-----Tendo presente a informação nº 52 do Gabinete de Inserção Profissional, datada de 17 de setembro de 2012, o vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que de acordo com a reunião de trabalho conjunta e a parceria estabelecida entre a ADI – Agência para do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e o Município de Oliveira do Hospital, através do GIP, para implementação de Ações de Formação para ativos ligado à atividade comercial, divulgada através da distribuição de informação “loja a loja” e no site do Município, foram efetuadas 60 inscrições nos seguintes cursos previstos e abaixo descritos:-----

Curso	Nº de vagas	Vagas Ocupadas	Vagas disponíveis
Circuito documental na organização/cortesias, etiqueta e protocolo	15	15	0
Introdução ao Sistema de Normalização Contabilística	15	15	0
Organização de Ficheiros de Contactos	15	15	0
Técnicas de Merchandising	15	15	0
Totais	60	60	0

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----Neste momento, a Vereadora Telma Martinho deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais, eram 13:14 horas - -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir neste ponto da Ordem do Dia o seguinte assunto: -----

-----3.1.3 - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE LAGARES DA BEIRA - CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -----

D.A.G.F./DOC.22

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara a proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Associação Desportiva de Lagares da Beira, visando o apoio ao desenvolvimento desportivo, na modalidade de futebol, através do financiamento à instalação de um relvado sintético, no Campo de Futebol de Lagares da Beira, daquela associação, conforme solicitação apresentada pela mesma, através da carta, datada de 7 de setembro de 2011. -----

-----Pelo Sr. Presidente da Câmara foram ainda prestados os necessários esclarecimentos, ao que o vereador Paulo Rocha declarou que, apesar de entender que este não é o momento mais adequado para estas iniciativas, teve o cuidado de sensibilizar o executivo em permanência para a necessidade de diluir no tempo o investimento em causa. Disse que, face à existência de um compromisso também assumido com o Futebol Clube Oliveira do Hospital para a construção de um relvado sintético em Lagos da Beira, entende que seria mais adequado neste momento transformar o relvado natural do Estádio Municipal de Oliveira do Hospital, em sintético, e não construir já o de Lagos da Beira. Explicou que o relvado sintético permitirá aos jogadores melhores condições para a prática desportiva, do que o relvado natural, e uma redução de custos face aos encargos necessários à sua manutenção. No que se refere à expectativa que foi criada à população de Lagos da Beira, relativamente à eventual construção de um relvado sintético naquela freguesia, disse acreditar que as pessoas certamente que compreenderão, dadas as circunstâncias do país, adie este investimento. Considera tratar-se de uma possibilidade que, na sua opinião, deveria ser devidamente ponderada,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

reconhecendo no entanto que este não é o momento mais propício para investimentos desta natureza até porque são equipamentos que não são considerados como prioritários pelas pessoas. -----

-----Sobre o assunto, o vereador José Carlos Mendes declarou votar contra a aprovação da presente proposta por considerar que a construção de relvados sintéticos não é uma prioridade, e bem assim por entender que “há outras prioridades para o concelho, que são essenciais, e cuja rentabilidade poderá ser muito maior”, defendendo que, a ser construído um relvado sintético deveria ser em Oliveira do Hospital e não em Lagos da Beira, ou em Lagares da Beira, mas sim em Oliveira do Hospital, compreendendo a zona das escolas, no sentido de ser aproveitado, quer pelas escolas, quer pelas equipas de formação, quer pelo Futebol de Oliveira do Hospital. -----

-----O vereador Mário Alves acrescentou que “187.500,00 € é o investimento desta obra indexado a anos futuros, ou seja, pós eleitorais (2014, 2015 e 2016)”, frisando que “fui mandatado para este mandato e não para estar a onerar orçamentos posteriores”. Disse tratar-se de uma obra que não é prioritária, sublinhando que “as prioridades, atualmente, são outras e 332.000,00 €, é um valor excessivo. Justificou a sua intervenção no facto de considerar o investimento em causa inoportuno, uma vez que, atualmente, as prioridades são outras, e bem assim no facto de aquando da aprovação do Plano e Orçamento para 2012, ter declarado que “não se justificava a construção de mais dois relvados sintéticos e que, a ser construído, deveria ser em Oliveira do Hospital”. Concluiu declarando que “por estas razões voto contra a presente proposta”, registando ainda que “187.500,00 € são indexados aos anos de 2014, 2015 e 2016, ou seja, o próximo executivo tem logo aqui mais de 50%, quase dois terços do custo do sintético, indexados ao próximo mandato”. Disse entender que “estamos a tentar fazer no município aquilo que já se fez no país”. -----

----- O vereador José Carlos Mendes disse corroborar a posição do vereador Mário Alves, nomeadamente no que se refere ao custo da obra em causa.-----

-----O vereador Paulo Rocha disse entender que “para não colocar em causa nenhum outro tipo de investimento que possamos considerar prioritário ou a salvaguarda das condições financeiras da autarquia, conhecendo e percebendo os motivos apresentados pelos senhores vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes, considero que, para o município, é menos pesado que o pagamento seja efetuado ao longo do tempo”. Referiu igualmente que “face ao que já foi dito em relação ao investimento em causa e à sua durabilidade não haverá qualquer problema que o mesmo seja pago em 4 ou 5 anos, libertando meios que permitam realizar outras obras que são tão ou mais prioritárias do que esta”. -----

-----Depois de analisada, a Câmara Municipal deliberou, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, de harmonia com a Lei n.º 5/2007, de 21 de julho (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto) e com o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro (Regime aplicável aos contratos-programa), por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e o voto contra dos vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes, conforme declarações de voto acima aduzidas, aprovar o referido Contrato-Programa, conforme minuta que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Considerando que o Contrato-Programa em causa implica a concessão pelo Município de Oliveira do Hospital à Associação Desportiva de Lagares da Beira de uma comparticipação financeira no valor de € 332.641,74 (trezentos e trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e um mil e setenta e quatro centavos) determinará uma repartição de encargos desde o corrente ano até 2016, que será entregue nas seguintes condições:-----

----- No Orçamento de 2012 - 82.641,74 € com assinatura do contrato-programa.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- No Orçamento de 2013 – 62.500,00 € de janeiro até ao final de dezembro de 2013. -----
----- No Orçamento de 2014 – 62.500,00 € de janeiro até ao final de dezembro de 2014. -----
----- No Orçamento de 2015 – 62.500,00 € de janeiro até ao final de dezembro de 2015. -----
----- No Orçamento de 2016 – 62.500,00 € de janeiro até ao final de dezembro de 2016. -----
-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e o voto contra dos vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes, conforme declarações de voto acima referidas, com desenvolvimento a registar na ata da respetiva reunião, solicitar, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, à Assembleia Municipal, a necessária autorização deste compromisso plurianual. -----

-----Neste momento, o Presidente da Câmara deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais, eram 13:40 horas, prosseguindo a mesma sob a presidência do Vice-Presidente José Francisco Rolo. -----

3.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRAÇA SILVA -----

-----**3.2.1 – FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 7 DE AGOSTO DE 2012**-----

D.A.G.F.

-----A Câmara Municipal, com base nos esclarecimentos prestados pela vereadora Graça Silva, deliberou, por todos os membros presentes, retificar a deliberação tomada em 7 de agosto de 2012, sendo que o valor do subsídio a atribuir à Freguesia de Oliveira do Hospital, como comparticipação nas despesas tidas com os nadadores salvadores que prestaram serviço nas Piscinas Municipais, é no montante de 1.100,00 € (mil e cem euros), e não de 1.060,00 € (mil e sessenta euros) como consta da mesma.-----

-----**3.2.2 – PROGRAMA JOVEM + SOLIDÁRIO – JOVENS SELECIONADOS – VERBAS A ATRIBUIR**-----

D.A.G.F/ Procº53/4/DOC.23

-----A Vereadora Graça Silva propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios às entidades aderentes ao programa em epígrafe, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, correspondentes a 75% das bolsas a pagar aos jovens participantes – 1ª fase, e que ascendem a 3.750,00 € (três mil, setecentos e cinquenta euros) -----

-----A Câmara Municipal de acordo com as normas regulamentares que regem o Programa “Jovem + Solidário”, aprovadas em reunião camarária de 28 de junho de 2012, deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artº 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, aprovar a presente proposta. -----

3.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA -----

-----O vereador Paulo Rocha não apresentou qualquer assunto.-----

4 – OUTROS ASSUNTOS -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----4.1.1 – CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SANTA OVAIA

D.A.G.F.

-----Presente uma carta, com o registo de entrada nº 10487/2012, de 6 de junho, remetida pela entidade acima identificada, devidamente fundamentada pelos serviços, tendo a Câmara Municipal sob proposta do Vice-Presidente da Câmara e nos termos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberado, por todos os membros presentes, isentar o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Santa Ovaia do pagamento das despesas inerentes à construção de um ramal de ligação de água a um marco de incêndio, no montante de 426,23 € (quatrocentos e vinte e seis euros e vinte e três cêntimos), conforme solicitado. -----

-----4.1.2 – CARLITOS UNIPessoal, LDA. – CIRCUS SHOW-----

D.A.G.F./Proc.69/4

-----Tendo presente o requerimento, com o registo de entrada nº 10672/2012, de 11 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, isentar a empresa Carlitos Unipessoal, Lda. do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento de ocupação da via pública para instalação de um Circo e afixação de publicidade referente à realização de espetáculos, a levar a efeito entre os dias 25 de setembro e 2 de outubro de 2012, nos termos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, por contrapartida de o valor correspondente às taxas que sejam devidas seja convertido em bilhetes a entregar à Câmara Municipal Oliveira do Hospital. -----

-----4.1.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ARTº 26º DA LEI Nº 64-B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO -----

D.A.G.F./DOC.24

-----Tendo presente a informação dos serviços, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal sob proposta do Vice-Presidente da Câmara, deliberou, por todos os membros presentes, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: “Alteração dos Projetos de Execução para a Reabilitação e Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos e Espaços Exteriores, sita em Oliveira do Hospital”, mediante processo de ajuste direto à empresa “DCRS, Engenharia, Lda., no valor de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros) a que acrescerá o IVA. -----

-----4.1.4 - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA AV. DR. CARLOS CAMPOS E DA ENVOLVENTE À ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM EM OLIVEIRA DO HOSPITAL" - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS -----

D.I.O.M.

-----Sob proposta do Vice-Presidente, e considerando as sugestões ainda apresentadas pelos senhores vereadores em relação ao projeto em causa, foi deliberado, por todos os membros presentes, adiar a discussão deste assunto para uma próxima reunião no sentido de consensualizar o mais possível a sua aprovação. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**-----4.1.5 - MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO, E.M., S.A.-----**

D.A.G.F.

-----Remete para conhecimento da Câmara Municipal o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2011.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento, e deliberou, por todos os membros presentes, remeter informação sucinta sobre o desempenho económico-financeiro refletido nos documentos de prestação de contas, à Assembleia Municipal, para conhecimento, conforme documento nº 3 anexo à ata da reunião de 21 de agosto de 2012, sendo que este não dispensa a consulta dos documentos de Prestação de Contas decorrente da necessidade de uma análise mais aprofundada.-----

-----4.1.6 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES-----

-----O vereador José Carlos Mendes requereu ao Vice-Presidente da Câmara que lhe seja facultada a gravação da reunião da Câmara Municipal de 28 de junho de 2012, nomeadamente no que diz respeito à sua intervenção no período “antes da ordem do dia”, no que se refere à utilização indevida de bens do domínio público, ao que o Vice-Presidente da Câmara não se opôs disponibilizando-se para atender ao solicitado.-----

**-----4.1.7 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ARTº 26º DA LEI Nº 64-
B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO-----**

D.A.G.F./DOC.25

-----Tendo presente a informação dos serviços, que se anexa e que fica a fazer parte desta ata, a Câmara Municipal sob proposta do Vice-Presidente da Câmara, deliberou, por todos os membros presentes, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: “Fornecimento de serviços de implementação de cinco percursos pedestres de pequena rota no concelho de Oliveira do Hospital”, mediante processo de ajuste direto, com convite às empresas “Ytravel, Lda. e João Manuel Amaro”, no valor base de 60.000,00 € (sessenta mil euros), a que acrescerá o IVA. -----

----- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ATA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **catorze horas e dez minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
18 DE SETEMBRO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 18 de setembro de 2012 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
18 DE SETEMBRO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**